



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 15º andar
Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 36/2021/DDA/DD/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável

- 1.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- 1.1.2. Nome da autoridade competente: Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho
- 1.1.3. Número do CPF: [REDACTED]
- 1.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte
- 1.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: PORTARIA N. 2310, DE 16/10/2019, DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, publicada no Diário Oficial da União de 17/10/2019, Seção 2, Página 1

1.2. UG SIAFI

- 1.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 373001 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- 1.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 373046 / SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

- 2.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- 2.1.2. Nome da autoridade competente: José Arnóbio de Araújo Filho
- 2.1.3. Número do CPF: [REDACTED]
- 2.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Diretoria Acadêmica de Tecnologia da Informação e Gestão – DIATINF/Campus Natal-Central
- 2.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2021, PUBLICADO EM 25 DE AGOSTO DE 2021, EDIÇÃO 160, SEÇÃO 2, PÁGINA 1

2.2. UG SIAFI

- 2.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 158155 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

2.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: 158369 – CAMPUS NATAL CENTRAL DO IFRN

3. OBJETO:

3.1. O objeto consiste no desenvolvimento do projeto intitulado de MAIS INCRA RN: Monitoramento das Ações de Supervisão Ocupacional e Perfil Socioeconômico do Incra no Rio Grande do Norte. Neste projeto articulamos o ensino e a extensão levando dignidade à população dos assentamentos do estado do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo em que serão providas à gestão do Incra no RN as informações necessárias a tornar as suas ações mais eficazes e eficientes.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

4.1. META I: Realizar supervisão ocupacional com base no SNSO:

4.1.1. Realização da supervisão ocupacional para 10 mil famílias;

4.2. META II: Elaborar um modelo e instrumento para a coleta de dados socioeconômicos:

4.2.1. Concepção e elaboração de um modelo e instrumento de coleta de dados;

4.2.2. Validação do instrumento de coleta de dados;

4.2.3. Aplicação prática do modelo e do respectivo instrumento de coleta de dados para 22 mil famílias.

4.3. Meta III: Reestruturar o acervo físico de documentos dos assentamentos do INCRA RN;

4.3.1. Adequação do ambiente físico do acervo

4.3.2. Digitalização do acervo de cerca de 800 mil documentos;

4.3.3. Inserção de arquivos no SEI;

4.3.4. Reorganização do acervo de documentos.

4.4. Meta IV: Projetar a revitalização e uso de casas sedes em destaques em projetos de assentamento

4.4.1. Realizar Diagnóstico das condições físicas do conjunto arquitetônico das casas sedes;

4.4.2. Análise econômica do potencial socioeconômico das casas sedes

4.4.3. Propor projeto de revitalização e aprimoramento das edificações;

4.4.4. Desenvolver um plano de utilização das casas sedes para atividades considerando as necessidades e vocações econômicas locais.

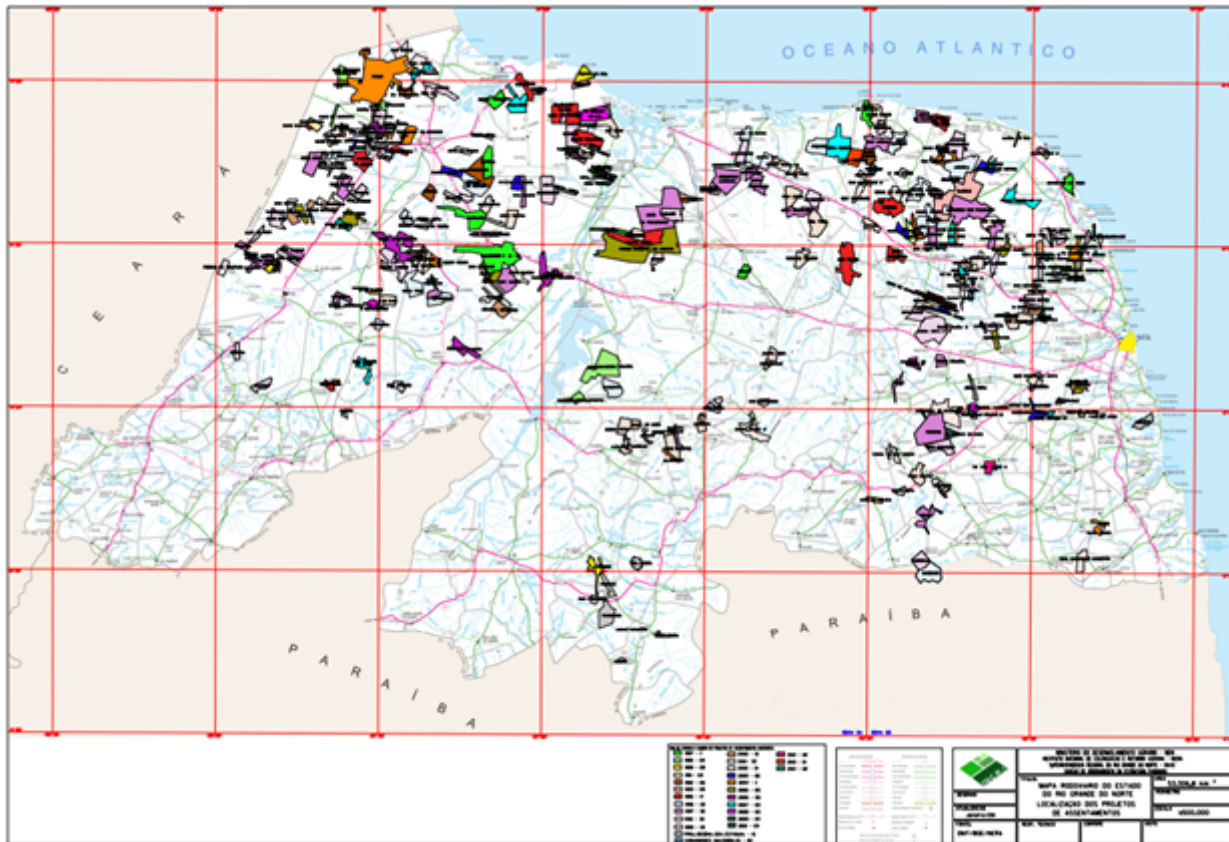
5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

5.1. O Incra no Rio Grande do Norte foi fundado na década de 1970, mas foi em meados de 1980 que ganhou o status de Superintendência Regional, com a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1989). A partir de então, surgiram as primeiras experiências em criações de assentamentos rurais como medidas para reduzir tensões sociais e conflitos por terras no campo. Nesse processo, foram fundamentais as parcerias com governos estaduais e implementação de políticas públicas com a participação dos sujeitos interessados: trabalhadores rurais e suas entidades representativas.

5.2. A Instrução Normativa no 99, de 30 de dezembro de 2019, estabelece as condições para verificação dos critérios de permanência e regularização dos beneficiários no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Neste conjunto de diretrizes, a Supervisão Ocupacional é base para a concessão de políticas públicas do PNRA. Desta forma, a atividade de Supervisão Ocupacional está diretamente relacionada ao conjunto de ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tais como, a concessão do crédito à instalação, a regularização de ocupantes, a titulação, entre outras. A Supervisão Ocupacional é então pilar deste projeto, pois é o ponto de

partida para atualização de diversas informações tanto para o Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) como para o mapeamento socioeconômico dos assentamentos do Rio Grande do Norte.

Imagem 01: Mapa de Assentamentos do INCRA-RN



Fonte: INCRA RN

5.3. Atualmente existem 287 projetos de assentamentos criados pelo INCRA RN e que ocupam uma área total aproximada de 510.624,9859 hectares, o que significa que 10% da área total do Rio Grande do Norte. Tais projetos beneficiam atualmente 20.262 (vinte mil, duzentos e sessenta e duas) famílias (SIPRA, 2020) e estão distribuídos da seguinte forma nas quatro mesorregiões do Estado: 46% Oeste, 21% Agreste, 18% Leste e 15% Central. Assim, a criação dos assentamentos da reforma agrária provocou uma reconfiguração no território potiguar, implicando em novas dinâmicas no uso do espaço físico e melhorias na infraestrutura produtiva e social. Nesse sentido, o mapeamento de supervisão ocupacional, perfil socioeconômico e de infraestrutura dos assentamentos é fundamental para que se possa ofertar políticas públicas orientadas para o homem do campo que gerem o retorno social.

5.4. A partir de uma atuação da Superintendência do Incra no Rio Grande do Norte, que envolve desde o planejamento e concepção até a execução do habitat e da habitação/moradia que constituem os espaços sociais dos assentados, já foram mais de 20 mil habitações construídas nesses 287 habitats. Para isso, são imprescindíveis ações do corpo técnico e gestor do órgão, formado atualmente por engenheiros/as agrimensores, agrônomos/as, civis e florestais; arquiteta, assistentes sociais, antropólogos/as, técnicos e analistas administrativos e em reforma e desenvolvimento agrário etc. A criação e o desenvolvimento desses espaços ocorrem a partir das definições do desenho, localização, perímetro, parcelamento/uso do solo, lotes de moradia, vias de circulação, áreas de uso de equipamentos coletivos, serviços, além da concessão de créditos para a infraestrutura socioeconômica e assistência técnica.

5.5. O Projeto de Monitoramento das Ações de Infraestrutura Socioeconômica do Incra no Rio Grande do Norte: MAIS INCRA RN aborda questões no âmbito dos seguintes eixos: Supervisão Ocupacional, Perfil Sócioeconômico, Sistematização de dados e Projetos de casas sedes. No tocante

à supervisão ocupacional visamos alavancar os processos principais do INCRA RN no tocante à regularização fundiária rural. Além disso, o perfil socioeconômico vai além do SNSO, consolidando e obtendo dados de habitat e habitação; abastecimento d'água; estradas e acessos; destinação de resíduos; situação socioeconômica e geração de renda; e meio ambiente. O objetivo é monitorar e analisar dados das ações de infraestrutura e a situação socioeconômica dos 287 assentamentos rurais do Incra no Rio Grande do Norte e dos 22 Territórios Quilombolas em processo de regularização fundiária. O terceiro eixo se concentra na sistematização dos dados em planilhas eletrônicas e por último analisar e projetar futuros equipamentos turísticos com base em casas sede que são referência no Rio Grande do Norte.

5.6. As iniciativas que orientam o trabalho das casas sedes buscam analisar o potencial de capacidade instalada na estrutura patrimonial dessas casas. Assim, é proposto como plano de trabalho um diagnóstico do conjunto arquitetônico para avaliação das possibilidades de revitalização da estrutura. Além disso, esse diagnóstico também é composto por um plano de uso que esteja adequado à vocação local; capacidade de viabilidade da proposta e necessidade das demandas do projeto de assentamento sede. É sabido, desde já que, há a possibilidade real de proposta de equipamentos turísticos, em função de todo constructo histórico dessas casas, à exemplo do conjunto arquitetônico do da Casa Sede do Barão e da Baronesa no município de São Rafael.

5.7. Salientamos que o modelo e instrumento de coleta de dados que serão coletados na meta II vão além do SNSO, pois necessitamos coletar informações particulares que vão desde suas capacidades mensais de produção e entrega como as capacidades de gestão para a futuras rotas de comercialização e equipamentos turísticos no estado do RN.

5.8. O projeto nasce a partir de demandas de melhor atuação do corpo técnico e gestor do INCRA RN no âmbito do Serviço de Infraestrutura e se amplia para atender as necessidades dos demais setores da Superintendência Regional. Parte-se da compreensão de que todas as ações dos setores do órgão em Projetos de Assentamentos e Territórios Quilombolas ocorrem de forma integrada para o melhor alcance dos seus objetivos. Desse modo, a identificação dos volumes de produção e capacidades logísticas dos projetos de assentamento poderão promover o impulsionamento econômico da agricultura familiar, que hoje é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam às mesas brasileiras.

5.9. A implantação de melhorias para o monitoramento dos assentamentos conduzirá ao alcance de resultados precisos ao subsidiar gestores públicos no planejamento de ações através de metodologia de informatização mais célere, dinâmica e contínua. A coleta de informações, como a identificação de ambientes de produção e logística, fornecerá conhecimento necessário para a promoção e alcance de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico de trabalhadores e trabalhadoras rurais e comunidades quilombolas.

5.10. A abordagem dos temas supracitados junto ao público-alvo, além de qualificar melhor suas demandas, viabiliza a construção de canais de comunicação com outras instituições que também lidam com a malha fundiária. Desse modo, é possível ampliar os resultados positivos já conquistados no Estado nas áreas de supervisão ocupacional de lotes de Projetos de Assentamento e a titulação de assentados e quilombolas. Outras articulações tornam-se possíveis, no encaminhamento de demandas e formação de parcerias entre INCRA e outras instituições/entidades, para melhor atuação junto a esses grupos sociais.

5.11. No monitoramento de ações do órgão e mapeamento das demandas do público-alvo, será possível identificar os fatores que interferem nos resultados, para que seja possível melhor estabelecer e alcançar metas condizentes com a realidade local. Os fatores que interferem no resultado são em geral divididos em três blocos: (i) Escassez de Recursos Humanos, (ii) Escassez de Recursos Financeiros, (iii) 7 Anos de Seca e Abandono do PA.

5.12. Indicamos alguns motivadores a partir de dificuldades na implementação de políticas nacionais no contexto da realidade local, tais como: a escassez de recursos humanos e financeiros, os fatores climáticos, como os longos períodos de seca no Nordeste que interferem na produção agrícola; o abandono do Projeto de Assentamento e a migração de quilombolas dos seus territórios

para outras áreas ou regiões, em face da ausência de condições ambientais, socioeconômicas e de infraestrutura que possibilitem a permanência e desenvolvimento dessa população no campo.

5.13. Para alcançar os objetivos propostos, a implantação de um instrumento para a coleta de dados permitirá o monitoramento e a análise de políticas e programas sociais executados ou em processo de implementação pelo INCRA RN. Trata-se de ferramenta, montada em planilhas eletrônicas, que possibilita o diálogo com o público-alvo de forma mais dinâmica, a qual permitirá a atualização periódica dos dados. Tais informações devem permitir identificar demandas, planejar a execução de políticas públicas de forma transparente, célere e eficaz, considerando recursos humanos e financeiros necessários para o alcance de resultados.

5.14. Dessa forma, será possível alcançar a universalização de ações básicas e fundamentais (fisiológicas, segurança e social: alimentação, água, saneamento, moradia, espaços públicos, educação, cultura, esporte), o acesso à cidadania e o fortalecimento das famílias no campo (status-estima e auto realização: exercício da cidadania, conhecimento de direitos e gozo de bens e serviços públicos de qualidade e eficientes). Essa inteligência gerada será compartilhada com o INCRA sede para aprimoramento da plataforma SouGov.br.

5.15. Outro ponto importante deste projeto é o processo de digitalização do acervo de cerca de 40 mil processos, que se desdobram em 800 mil documentos, do INCRA RN. Neste acervo diversificado, é possível ter acesso a registros históricos dos assentamentos e assentados, assim como documentos administrativos. O acervo de documentos do INCRA-RN representa um esforço no sentido de recuperar as marcas que a seca vem imprimindo na história da região nordestina e, de modo particular, no Rio Grande do Norte. Pode-se encontrar também, documentos que podem auxiliar gestores da administração governamental e não-governamental interessados na definição de políticas públicas a partir da informação de pesquisas realizadas nos documentos.

5.16. A situação atual de cerca de 40 mil processos e mais de 800 mil documentos de mais de 287 assentamentos é problemática, considerando além da falta de higiene, falta de organização e ausência de backup digital torna a situação crítica para trabalho. A Imagem 02 mostra algumas imagens da situação do acervo. Esse acervo está localizado no antigo prédio do INCRA na Rua Potengi número 612, Bairro Petrópolis em Natal-RN.

Imagem 02: Fotos da situação do acervo de documentos no antigo prédio do INCRA RN



Fonte: foto própria

5.17. Diante do exposto apresentamos essa proposta de projeto como forma de resgatar a dignidade dos documentos e da história do INCRA RN. Para isso, propomos 5 etapas de trabalho para reestruturação do acervo: (1) Limpeza e preparação do ambiente do antigo prédio do INCRA RN; (2) limpeza, análise, digitalização, restauração digital, organização e catalogação dos documentos; (3) inserção de arquivos no sistema SEI e, (4) transporte e reorganização dos documentos no novo acervo físico. A Imagem 03 ilustra o processo.

Imagem 03: fluxo de atividades do projeto



Fonte: elaboração própria

5.18. No mesmo sentido de ampliar a capacidade institucional na sua gestão de informação, há também um rigoroso cuidado nesta iniciativa de conciliação de informações legadas nas ações já desenvolvidas pelo INCRA RN, ao longo de todos os anos, por meio do seu acervo vigente. Assim, justifica-se a iniciativa de gestão de acervo por meio de sua digitalização e armazenagem de dados para que haja um suporte histórico para a melhor gestão da informação dos dados institucionais. Assim, entende-se que as frentes empreendidas por este projeto têm o potencial de promover uma integração de forças importantes para a atuação do INCRA RN nos 287 assentamentos do estado do Rio Grande do Norte.

5.19. A relevância do projeto também se justifica por meio da proposta de casas modelo, tomando como base o projeto de reforma e plano de utilização de três casas sede. Essa iniciativa poderá, conforme as necessidades e vocações locais, promover desenvolvimento local por meio das atividades nelas desenvolvidas. Dentre as três casas, merece destaque a Casa do Barão e da Baronesa no Município São Rafael. O conjunto arquitetônico apresenta potencial para desenvolvimento de atividades históricas e turísticas que podem agregar valor à cadeia produtiva do projeto de assentamento na região. As demais casas sede serão selecionadas a partir do mapeamento realizado nos assentamentos.

5.20. O Barão de Serra Branca se chamava Felipe Neri de Carvalho e Silva. Nascido em Santana do Matos em 2 de maio de 1829, ele foi filho de pequenos proprietários rurais e, com o tempo, tornou-se um dos grandes pecuaristas do Estado. O título de Barão foi comprado por 15 mil contos de réis, sendo concedido em 19 de agosto de 1888, pela Princesa Isabel. Fonte: Assembleia Legislativa do RN.

5.21. A fazenda de Serra Branca foi construída por volta de 1880 e era uma casa de campo, onde vivia Felipe Neri e Belisária Wanderley, sua mulher, que era irmã do poeta Luiz Carlos Lins Wanderley, primeiro médico diplomado no Rio Grande do Norte. O barão morreu em 16 de julho de 1893, nos arredores de Caicó, quando retornava de sua visita a Padre Cícero, em Juazeiro do Norte. Ele não deixou descendentes diretos. Fonte: Assembleia Legislativa do RN.

Imagem 02: Casa do Barão e da Baronesa da Serra Branca, Município de São Rafael-RN



Fonte: foto própria

5.21.1. Nesse sentido, as ações relativas às casas sedes demandará um desdobramento futuro para além deste projeto, fruto do diagnóstico identificando ações de uso, revitalização e viabilidade.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

7.1.1. () Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

7.1.2. () Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

7.1.3. (x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS:

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

() Não

8.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

8.2.1. Despesa Operacional e Administrativa (DOA) – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), distribuídas da seguinte forma:

8.2.1.1. Proposta - R\$ 2.725,72 (dois mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos);

8.2.1.2. Gestão Administrativo - Financeiro de Projetos - R\$ 196.591,31 (cento e noventa e seis mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e um centavos);

8.2.1.3. Apoio/Custos Indivisíveis - R\$ 56.978,18 (cinquenta e seis mil novecentos e setenta e oito reais e dezoito centavos);

8.2.1.4. Custeio - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

8.2.1.5. Capital - R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais);

8.2.1.6. Prestação de contas (Parcial e Final) - R\$ 17.841,06 (dezessete mil oitocentos e quarenta e um reais e seis centavos);

8.2.1.7. Encerramento - R\$ 33.863,73 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos);

9. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Realizar supervisão ocupacional com base no SNSO	Supervisões	10.000	139,41	1.394.140,99	Dez/21	Dez/23
PRODUTO	Supervisão Ocupacional de 10 mil famílias						
META 2	Elaborar um	Perfil	22.000	63,37	1.394.140,99	Jan/22	Dez/23

	modelo e instrumento para a coleta de dados socioeconômicos	mapeado					
PRODUTO	Instrumento de coleta e atualização de dados dos 22 mil assentamentos						
META 3	Reestruturar o acervo de documentos dos assentamentos	Documentos	800.000	2,57	2.056.108,99	Jan/22	Dez/23
PRODUTO	Reestruturação do acervo físico de 800 mil documentos estimados						
META 4	Projetar a revitalização e uso de casas sedes em destaques em projetos de assentamento	Projetos	03	357.699,67	1.073.099,00	Jan/22	Dez/23
PRODUTO	Projeto de revitalização de 03 casas sedes históricas						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dez/21	R\$ 5.917.489,97

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$ 5.417.489,97
33.90.39	Sim	R\$ 500.000,00

12. PROPOSIÇÃO

Natal, RN

JOSÉ ARNOBIO DE ARAÚJO FILHO

Reitor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

13. APROVAÇÃO

Brasília, DF

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

Presidente

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, Presidente**, em 30/12/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Arnóbio de Araújo Filho, Usuário Externo**, em 30/12/2021, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11297265** e o código CRC **12E3A807**.

Referência: Processo nº 54000.089344/2021-11

SEI nº 11297265